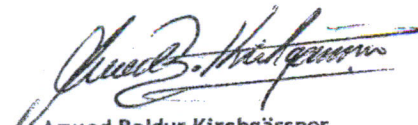


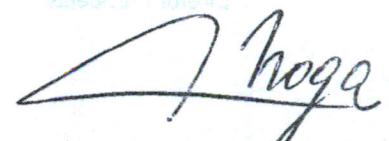
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ 1,00
ATIVO

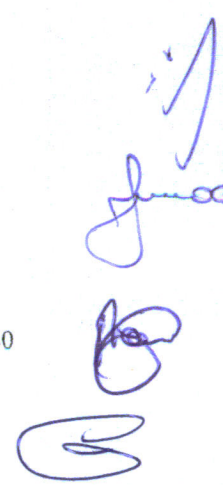
	2016	2015
CIRCULANTE	64.280.785	56.295.180
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	61.076.527	53.890.428
Caixa e Bancos Contas Movimento (nota 4)	422.617	645.550
Aplicações de Liquidez Imediata (nota 5)	60.653.910	53.244.878
DIREITOS REALIZÁVEIS	3.204.258	2.404.752
Valores a Receber dos Programas de Estágio e de Aprendizagem (nota 6)	1.692.732	1.844.621
Estoques (nota 7)	69.362	56.404
Adiantamento a Fornecedores	791	30.000
Adiantamentos aos Colaboradores (nota 8.a)	238.893	234.111
Adiantamento de Bolsa Auxílio (nota 8.b)	447.365	-
Tributos a Recuperar (nota 9)	545.274	-
Despesas Antecipadas	181.890	162.054
Depósitos Judiciais	-	24.537
Outras Contas a Receber	27.951	53.025
NÃO CIRCULANTE	14.478.683	13.102.950
IMOBILIZADO (nota 10)	14.385.282	13.001.083
INTANGÍVEL (nota 11)	93.401	101.867
TOTAL DO ATIVO	78.759.468	69.398.130

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.


Arwed Baldur Kirchgässner
 Diretor Presidente


Leonel Vergílio de Melo Noga
 Contador CRC/PR nº 041168/O-7
 CPF nº 762.489.339-87




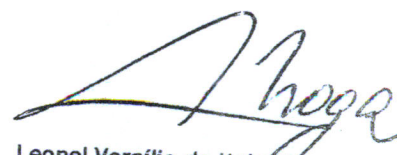


CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
 Em R\$ 1,00
PASSIVO

	2016	2015
CIRCULANTE	3.785.444	2.943.890
Fornecedores		
Contas a Pagar (nota 12)	347.777	301.555
Obrigações com Bolsa Auxílio (nota 13)	1.111.626	362.540
Obrigações Sociais e Trabalhistas (nota 14)	304.503	512.505
Obrigações Tributárias (nota 15)	1.591.862	1.459.810
Provisão para Contingências (nota 16)	48.939	66.619
Outros Débitos	80.000	99.910
	300.737	140.951
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74.974.024	66.454.240
PATRIMÔNIO SOCIAL	60.356.588	52.242.136
AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	6.038.384	6.097.652
SUPERAVIT ACUMULADOS	8.579.052	8.114.452
TOTAL DO PASSIVO	78.759.468	69.398.130

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.


 Arwed Baldur Kirchgässner
 Diretor Presidente


 Leonel Vergílio de Melo Noga
 Contador CRC/PR nº 041168/O-7
 CPF nº 762.489.339-87



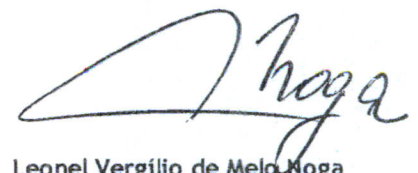


CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT DOS EXERCÍCIOS
EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ 1,00

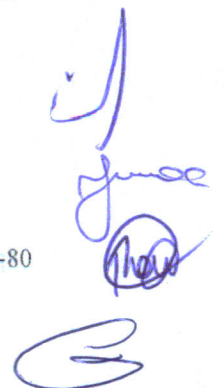
	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL	23.978.904	23.213.983
Programa de Estágio	19.259.775	19.437.496
Programa de Aprendizagem	4.719.129	3.776.487
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23.978.904	23.213.983
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (nota 19)		
ASSISTÊNCIA SOCIAL	(23.056.028)	(21.180.036)
Programa de Aprendizagem	(7.315.674)	(5.422.395)
Programa de Estágio	(14.494.945)	(14.707.422)
Programa de Capacitação e Cidadania	(1.245.409)	(1.050.219)
TRABALHO VOLUNTÁRIO		
Despesas com Trabalho Voluntário	(556.365)	(440.162)
Receita com Trabalho Voluntário (nota 20)	556.365	440.162
RESULTADO ANTES DE OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	922.876	2.033.947
Despesas Financeiras	(266)	(813)
Receitas Financeiras (nota 23)	7.602.359	6.102.163
Outras	(5.185)	(80.113)
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	8.519.784	8.055.184

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.


Arwed Baldur Kirchgässner
Diretor Presidente


Leonel Vergilio de Melo Moga
Contador CRC/PR nº 041168/O-7
CPF nº 762.489.339-87

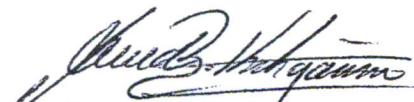


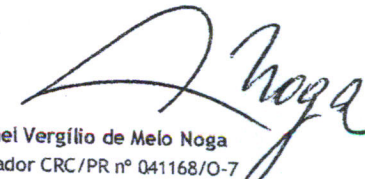


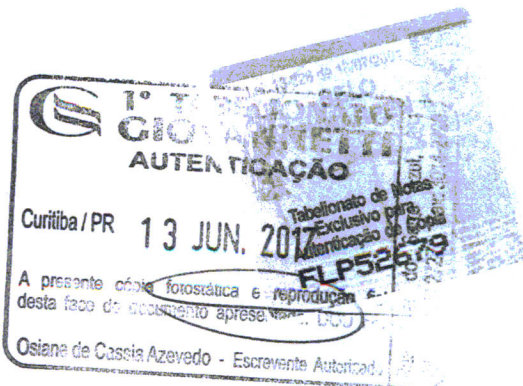
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PERÍODO DE 31/DEZ/14 a 31/DEZ/16
 Em R\$ 1,00

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERAVIT ACUMULADOS	TOTAL GERAL
SALDOS EM 31/DEZ/14	45.762.499	6.156.920	6.479.637	58.399.056
Aumento do Patrimônio Social conforme A GO 17/MAR/15	6.479.637	-	(6.479.637)	-
Realização da Avaliação Patrimonial (depreciação)	-	(59.268)	59.268	-
Superavit do Exercício a ser destinado ao Patrimônio Social	-	-	8.055.184	8.055.184
SALDOS EM 31/DEZ/15	52.242.136	6.097.652	8.114.452	66.454.240
Aumento do Patrimônio Social conforme A GO 31/MAR/16 (nota 17)	8.114.452	-	(8.114.452)	-
Realização da Avaliação Patrimonial (depreciação)	-	(59.268)	59.268	-
Superavit do Exercício a ser destinado ao Patrimônio Social	-	-	8.519.784	8.519.784
SALDOS EM 31/DEZ/16	60.356.588	6.038.384	8.579.052	74.974.024

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.


 Arwed Baldur Kirchgässner
 Diretor Presidente

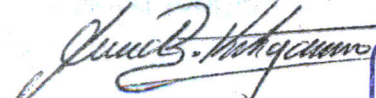

 Leonel Vergílio de Melo Noga
 Contador CRC/PR nº 041168/O-7
 CPF nº 762.489.339-87



CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 Em R\$ 1,00

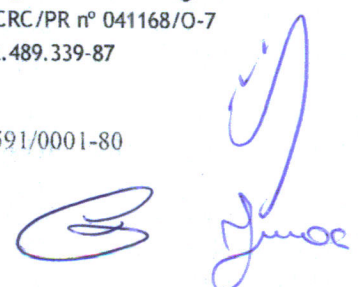
	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavil do Exercício	8.519.784	8.055.184
Ajustes por:	403.948	81.389
Depreciação e Amortização	375.821	311.527
Baixas de Bens do Imobilizado e do Intangível	5.184	80.113
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	42.853	7.051
Provisão para Contingências	(19.910)	(317.302)
(Acréscimo) Decréscimo em Ativos Operacionais	(842.359)	(384.837)
Valores a Receber dos Programas de Estágio e de Aprendizagem	109.036	(501.786)
Estoques	(12.958)	(4.725)
Adiantamentos a Fornecedores e Colaboradores	24.427	(251.706)
Adiantamento de Bolsa Auxílio	(447.365)	-
Tributos a Recuperar	(545.274)	-
Créditos em Garantia	-	6.909
Despesas Antecipadas	(19.836)	23.320
Depósitos Judiciais	24.537	331.880
Outras Contas a Receber	25.074	11.271
Acréscimo (Décrécimo) em Passivos Operacionais	861.464	78.009
Fornecedores	46.222	17.689
Contas a Pagar	749.086	173.619
Obrigações com Bolsa Auxílio	(208.002)	(334.223)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	132.052	172.603
Obrigações Tributárias	(17.680)	11.559
Outros Débitos	159.786	36.762
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.942.837	7.829.745
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(1.756.738)	(2.150.048)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.756.738)	(2.150.048)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	7.186.099	5.679.697
No início do exercício	53.890.428	48.210.731
No final do exercício	61.076.527	53.890.428

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.


 Arwed Baldur Kirchgässner
 Diretor Presidente




 Leonel Vergílio de Melo Noga
 Contador CRC/PR nº 041168/O-7
 CPF nº 762.489.339-87



NOTAS EXPLICATIVAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, abreviadamente denominado CIEE/PR, inscrito no CNPJ nº 76.610.591/0001-80, registrado sob nº 1.005 no Livro "A-1", do registro de pessoas jurídicas do 2º ofício de registro de títulos e documentos da comarca de Curitiba, Estado do Paraná, em 22/SET/67, e com última alteração registrada em 20/SET/11, é uma associação de âmbito estadual, de direito privado, de fins não econômicos ou não lucrativos, de utilidade pública e beneficente de assistência social, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à rua Ivo Leão, nº 42, Alto da Glória, regido por seu estatuto social e legislação pertinente, tendo como características institucionais:

Não distribuir dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob qualquer forma ou pretexto.

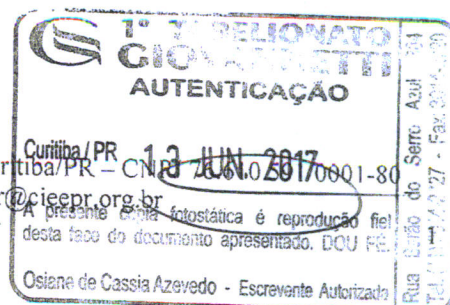
Não pagar ou distribuir aos membros do quadro associativo, bem como aos seus diretores, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos ou por deliberação de seus órgãos institucionais.

Abster-se de qualquer atividade discriminatória, em respeito à dignidade do cidadão e sua autonomia.

Destinar, em caso de dissolução ou extinção, seu eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

As atividades desenvolvidas pelo CIEE/PR enquadram-se no disposto do art. 203, inciso III da Constituição Federal, art. 2º, inciso III e art. 3º da Lei nº 8.742 de 1993 (LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social), e têm como objetivo a promoção da integração ao mundo de trabalho, em especial, dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal ou social. Tais atividades são gratuitas aos beneficiários e são realizadas de forma continuada, permanente e planejada, executando programas e projetos voltados para a defesa, conscientização e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos.

Rua Ivo Leão, 42 – Alto da Glória – CEP: 80030-180 – Curitiba/PR – CNPJ nº 76.610.591/0001-80
Tel. (41) 3313-4300 – e-mail: cieepr@cieepr.org.br
www.cieepr.org.br



[Handwritten signatures and initials]

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

BASE DE PREPARAÇÃO

Expressas em reais (R\$ 1,00), as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a NBC T 10 – dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, item 10.19 e interpretação NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, promulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e na legislação societária (Lei nº 6.404/76) e suas alterações e, também, de acordo com a aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09.

Dentre as práticas contábeis inclusas no Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, adotadas pela Entidade, destacam-se:

- Redução ao valor recuperável de ativos: a administração não identificou qualquer indicativo de que o valor contábil de seus ativos exceda ao valor recuperável;
- Demonstração dos fluxos de caixa: a administração incorporou o fluxo de caixa às suas demonstrações financeiras;
- Ativo intangível: a administração analisou os registros e saldos existentes no imobilizado, procedendo à segregação dos valores que se encontram no conceito de intangível.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

ATIVOS FINANCEIROS

A Entidade classifica seus ativos financeiros em uma das categorias descritas abaixo, dependendo da finalidade:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem valores dos caixas, dos depósitos bancários em conta movimento e das aplicações de liquidez imediata que estão representadas pelos valores de aplicação, avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Contas a Receber

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Surgem, principalmente, pela provisão de recebimento de recursos. São inicialmente reconhecidos ao valor presente, menos a provisão para *impairment*, se aplicável.

IMOBILIZADO

Em 2011, a administração, através de laudos emitidos por profissionais habilitados, aplicou o valor justo na forma de custo atribuído (*deemed cost*) para os principais grupos do ativo imobilizado: terrenos e edificações.

Os demais itens do imobilizado continuam sendo mensurados pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada, calculada pelo método linear, observando as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e instalações diversas, e 20% para veículos, equipamentos de telefonia e equipamentos de informática.

INTANGÍVEL

Software

As licenças de *software* são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valores incertos que surgiram como resultado de transações passadas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas, quando aplicável, são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 1000, seção 21, e consideram premissas definidas pela administração da Entidade e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e consideram a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são obrigatoriamente constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam obrigatoriamente provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros para manutenção e desenvolvimento do CIEE/PR são obtidos por meio de contribuições institucionais, recebidas de empresas privadas, profissionais liberais e órgãos públicos (membros cooperadores), decorrentes das atividades de integração entre Empresa-Escola, por meio do Programa de Estágio e contribuições decorrentes do Programa de Aprendizagem, nada recebendo a título de dotação ou subvenção de qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, tampouco, dos beneficiados.

APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos do CIEE/PR foram aplicados integralmente no território nacional, em suas finalidades institucionais, conforme o estatuto social e demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado e ativos intangíveis, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos, a provisão para contingências. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas regularmente.

4 CAIXA E BANCOS CONTAS MOVIMENTO

	2016	2015
Caixa		
Banco Itaú S.A.	6.792	4.934
Banco do Brasil S.A.	73.957	77.043
Caixa Econômica Federal	263.838	528.858
Banco HSBC Bank Brasil S.A.	96	96
Banco Bradesco S.A.	-	22.696
Santander do Brasil S.A.	76.398	6.094
	1.536	5.829
	<u>422.617</u>	<u>645.550</u>

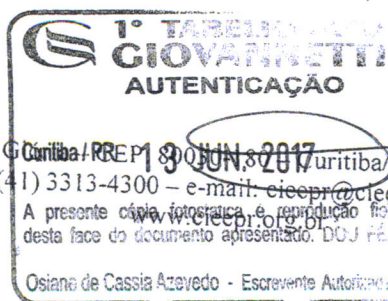
5 APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Instituição	Modalidade de Aplicação	2016	2015
Banco Itaú S.A.	Fundo Empresa VIP DI	142.929	125.318
Banco do Brasil S.A.	Fundo DI LPCORP 600	-	18.287.572
Banco do Brasil S.A.	CDB DI	-	9.239.462
Banco do Brasil S.A.	Títulos Federais e Capitalização	580.000	4.243.315
Banco do Brasil S.A.	RF COR 400MIL	19.581.597	-
Banco do Brasil S.A.	CDB/RDB E BB Reaplic	10.491.833	-
Caixa Econômica Federal	FIC PERSONAL RF LP	3.079.710	2.719.197
Banco HSBC Bank Brasil S.A.	Fundo DI	-	2.530.989
Banco Santander do Brasil	CDB DI	75.190	66.737
Banco Bradesco S.A.	Fundo DI	12.036.496	5.680.533
Banco Bradesco S.A.	CDB DI	11.797.253	10.351.755
Banco Bradesco S.A.	Fundo DI Agata	2.868.902	-
		<u>60.653.910</u>	<u>53.244.878</u>

6 VALORES A RECEBER DOS PROGRAMAS DE ESTÁGIO E DE APRENDIZAGEM

O montante registrado nesta rubrica refere-se aos valores a receber das organizações convenientes do programa de estágio e programa de aprendizagem:

	2016	2015
Contribuições Institucionais a Receber	1.914.705	2.022.184
Repasses a Receber Programa Aprendiz - CIEE Empregador	28.697	115.960
PECLD (Perdas Estimadas com Créditos de Liquid.Duvidosa)	(250.670)	(293.523)
	<u>1.692.732</u>	<u>1.844.621</u>



A maior parte dos valores que compõe o saldo de contribuições institucionais a receber é realizada no prazo máximo de 30 dias. Sobre o montante em atraso há mais de 180 dias foi constituído valor a título de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. A administração considera esse critério adequado para cobrir as perdas na realização de valores a receber dos programas de estágio e de aprendizagem.

7 ESTOQUES

	2016	2015
Material de Expediente	10.402	8.891
Impressos Gráficos	7.904	5.175
Material de Divulgação	26.773	20.081
Material de Copa, Cozinha e Limpeza	10.430	9.499
Material de Informática	8.818	9.428
Material Elétrico, Manutenção e Aparelhos	3.195	2.804
Material para o Programa Aprendiz	1.840	526
	<u>69.362</u>	<u>56.404</u>

8 ADIANTAMENTOS

8.a ADIANTAMENTOS AOS COLABORADORES

	2016	2015
Adiantamentos de Férias	238.893	234.111
	<u>238.893</u>	<u>234.111</u>

Os valores de adiantamentos de férias são regularizados na ocasião do gozo de suas férias.

8.b ADIANTAMENTO DE BOLSAS AUXÍLIO

Em 30/DEZ/16 o CIEE/PR processou o repasse das bolsas auxílio dos estagiários que recebem pelo Banco do Brasil, e a efetivação do crédito referente ao pagamento pelas empresas concedentes de estágio foi efetivado pelo Banco Bradesco no dia 02/JAN/17.




9 TRIBUTOS A RECUPERAR

Do total de R\$ 545.274,53 de tributos a recuperar, R\$ 543.025,08 refere-se à restituição do PIS pago sobre a folha de salários do período de MAIO/05 a ABR/10, registrado com base no documento de requisição, emitido em DEZ/16, com data de saque disponível a partir de 14/DEZ/16. O valor foi levantado pelo CIEE/PR em JAN/17.

10 IMOBILIZADO

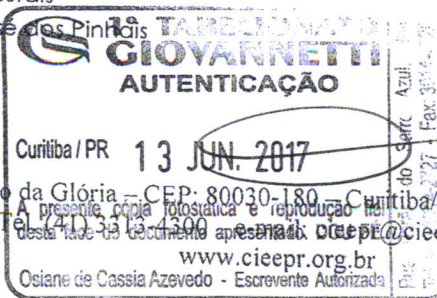
	Total líquido					Total líquido 2016
	2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	
Terrenos	8.059.300	1.449.060	-	-	-	9.508.360
Bens Imóveis	3.179.221	-	-	(145.692)	1.212.243	4.245.772
Equipamentos de Informática	176.722	159.756	(347)	(88.588)	-	247.543
Móveis e Utensílios	211.126	43.085	(591)	(44.988)	-	208.632
Máquinas e Equipamentos	165.061	8.745	(546)	(35.355)	-	137.905
Equipamentos de Telefonia	35.048	2.088	(358)	(13.635)	-	23.143
Instalações Diversas	10.938	618	-	(8.959)	-	2.597
Veículos	19.496	-	-	(8.166)	-	11.330
Benfeitorias em Andamento	1.144.171	68.072	-	-	(1.212.243)	-
	<u>13.001.083</u>	<u>1.731.424</u>	<u>(1.842)</u>	<u>(345.383)</u>	<u>-</u>	<u>14.385.282</u>

11 INTANGÍVEL

	Total líquido				Total líquido 2016
	2015	Adições	Baixas	Amortização	
Direito de Uso de Software	101.867	25.314	(3.342)	(30.438)	93.401
	<u>101.867</u>	<u>25.314</u>	<u>(3.342)</u>	<u>(30.438)</u>	<u>93.401</u>

12 CONTAS A PAGAR

	2016	2015
Seguros a Pagar	18.013	18.174
Fornecimento de Água	2.442	4.025
Fornecimento de Energia Elétrica	6.146	17.868
Serviços de Telecomunicação	20.769	30.244
Indenização por Quilômetro Rodado	10.310	8.043
Aluguéis e Condomínios	103.265	72.673
CIEE's Autônomos	16.023	38.171
Serviços de Malotes e Postais	4.362	6.876
Compra Terreno São José dos Pinhais	896.000	-
Outras Contas a Pagar	34.296	166.466
	<u>1.111.626</u>	<u>362.540</u>



Conforme escritura pública de compra e venda formalizado em 16/NOV/16, o CIEE/PR adquiriu um terreno em São José dos Pinhais, pelo valor de R\$ 1.400.000,00 para a construção de uma sede própria. O valor de R\$ 896.000,00 refere-se a quatro parcelas de R\$ 224.000,00 a serem pagas até ABR/17.

13 OBRIGAÇÕES COM BOLSA AUXÍLIO

São registrados nesta rubrica os valores de bolsa-auxílio recebidos das organizações convenientes, os quais serão repassados integralmente aos estagiários contratados pelas mesmas.

	2016	2015
Bolsa Auxílio a Repassar - Curitiba	137.479	399.311
Bolsa Auxílio a Repassar - Cascavel	30.477	43.904
Bolsa Auxílio a Repassar - Londrina	136.547	69.290
	<u>304.503</u>	<u>512.505</u>

14 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2016	2015
Salários a Pagar	19.349	18.529
FGTS a Pagar	101.060	97.973
IRRF a Recolher	60.766	54.309
INSS a Recolher	75.823	69.918
Provisão de Férias e Encargos Sociais	1.334.080	1.219.019
Outros Valores	784	62
	<u>1.591.862</u>	<u>1.459.810</u>

15 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2016	2015
IRRF a Recolher (retido de terceiros)	29.900	48.779
INSS a Recolher (retido de terceiros)	10.957	10.066
PIS/COFINS e CSSL a Recolher (retido de terceiros)	5.037	4.937
ISS a Recolher (retido de terceiros)	3.045	2.837
	<u>48.939</u>	<u>66.619</u>

16 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisões para contingências

Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos, a administração procedeu à contabilização do valor, conforme determina a legislação vigente, registrando o valor integral no passivo.

	2016	2015
Contingências Trabalhistas	80.000	99.910
	80.000	99.910

A movimentação das provisões para o exercício de 2016 foi:

	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/DEZ/15	99.910	99.910
(-) Utilizações e Reversões	(19.910)	(19.910)
Saldo em 31/DEZ/16	80.000	80.000

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

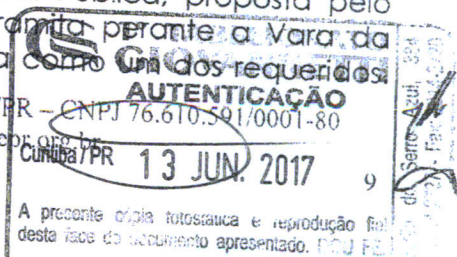
Em 31/DEZ/16 os passivos contingentes classificados pelos assessores jurídicos da Entidade como perdas possíveis estão representados por processos de natureza trabalhistas, cíveis e previdenciárias:

	2016	2015
Contingências Trabalhistas	540.000	650.000
Contingências Cíveis	1.498.702	1.498.702
Contingências Previdenciárias (MAR/06 a MAR/09)	6.000.000	6.000.000
	8.038.702	8.148.702

A contingência previdenciária do período de MAR/06 a MAR/09 refere-se ao processo da 6ª Vara Federal de Curitiba, que tem como objeto a anulação da decisão administrativa que deferiu o pedido de renovação do CEBAS, concedida à Entidade pelo CNAS, por meio da resolução nº 161, de 20/SET/07, e da condenação do CIEE/PR ao pagamento dos danos e perdas suportadas pela União Federal, em razão da Entidade ter usufruído do benefício da imunidade da contribuição para seguridade social no referido período.

Faz parte das contingências cíveis uma Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná e que tramita perante a Vara da Fazenda Pública de Ibaiti, na qual o CIEE/PR figura como um dos requeridos.

Rua Ivo Leão, 42 – Alto da Glória – CEP: 80030-180 – Curitiba/PR – CNPJ 76.610.591/0001-80
 Tel. (41) 3313-4300 – e-mail: cieep@cieep.org.br
 www.cieep.org.br



Em MAR/16 o Juízo de primeiro grau proferiu decisão de recebimento da petição inicial, nos termos do art. 17 da Lei nº 8.429/92. No entanto, o CIEE/PR entrou com recurso de Agravo de Instrumento junto ao TJPR (2ª instância), o qual teve decisão favorável anulando a decisão de primeira instância por falta de fundamentação. O valor atribuído à causa é de R\$ 1.317.356,74.

17 PATRIMÔNIO SOCIAL

O CIEE/PR, por meio de aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31/MAR/16, atendendo à recomendação do Conselho Fiscal, destinou o superavit acumulado do exercício de 2015, no valor de R\$ 8.114.451,68 para incorporação ao patrimônio social.

18 SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para suas unidades, instaladas em imóveis próprios, contra incêndio e riscos diversos. As coberturas são contratadas pelos montantes considerados suficientes pela administração, com a orientação dos seus consultores de seguros, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade e os riscos envolvidos nas operações. A apólice possui vigência até 12/ABR/17.

19 ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná - CIEE/PR, é uma entidade sem fins lucrativos, com atuação na área de assistência social. O CIEE/PR presta atendimento gratuito aos seus beneficiários de forma continuada, permanente e planejada. Oferece oportunidades para a construção da autonomia pessoal e social de seus usuários pela promoção do protagonismo, garantindo a defesa e a efetivação dos direitos socioassistenciais. Ao mesmo tempo, atua no enfrentamento das desigualdades, ajudando-os a participar de forma ativa na sociedade, em sintonia com a Constituição Federal. Para isso, são ofertados os seguintes programas:

Programa de Aprendizagem:

Previsto pelo art. 428 e seguintes da CLT e reconhecido pela Lei nº 12.868/13 como um programa de assistência social, atende, prioritariamente, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e sem experiência ou qualificação profissional, por meio de ações de proteção social que viabilizam a promoção do protagonismo e da autonomia dos usuários, além da mediação do acesso ao mundo do trabalho com o acompanhamento e intervenções de apoio, visando à adaptação e permanência de jovens e adolescentes no mundo do trabalho.

Os usuários participam de formação técnico-profissional metódica, que possibilita a convivência e o desenvolvimento de atitudes e habilidades para o mundo do trabalho. As atividades práticas são desenvolvidas nas dependências das unidades concedentes de aprendizagem, o que possibilita, simultaneamente, a integração do conhecimento teórico e prático. A capacitação teórica visa à formação técnica, na respectiva área profissional do curso, e também à preparação pessoal para o fortalecimento social e psicológico dos adolescentes e jovens, para criar mecanismos de enfrentamento e resolução das situações apresentadas na rotina diária do mundo do trabalho.

Programa de Estágio:

Atende estudantes adolescentes, jovens e adultos, nos termos da Lei nº 11.788/08. Promove a efetivação e consolidação de direitos e ampliação do acesso à proteção social, por meio da integração ao mundo do trabalho, contribuindo para o fortalecimento da cidadania.

Programa de Capacitação e Cidadania:

Atende, prioritariamente, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social de acordo com o público alvo da LOAS. O programa busca o fortalecimento, a conscientização e o protagonismo dos usuários. Disponibiliza conhecimentos técnicos, conceituais e atitudinais, sistematicamente organizados por meio de palestras, oficinas e cursos de capacitações, presencial e à distância, antes e durante sua inserção no mundo do trabalho.

As atividades desenvolvidas pelo CIEE/PR enquadram-se no disposto do art. 203, inciso III da Constituição Federal, art. 2º, inciso III e art. 3º da Lei nº 8.742 de 1993 (LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social) e têm como objetivo a promoção da integração ao mundo de trabalho, em especial, dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal ou social. Tais atividades são gratuitas aos beneficiários e são realizadas de forma continuada, permanente e planejada, executando programas e projetos voltados para a defesa, conscientização e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos.

BENEFICIÁRIOS DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS LOAS E RESOLUÇÕES

Quantidade de Atendidos	2016	2015
Programa de Aprendizagem	3.708	2.757
Programa de Estágio	43.696	46.110
Programa de Capacitação e Cidadania	37.501	31.345
Total	84.905	80.212



COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS COM OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	Exercício 2016			Total 31/DEZ/16
	Programa de Estágio	Programa de Aprendizagem	Programa de Capacitação e Cidadania	
Salários e Encargos de Pessoal Seguro Acid. Pessoal e Despesas Médicas - Estagiários	9.448.767	2.803.676	276.267	12.528.710
Lanche Programa de Aprendizagem	-	-	-	172.274
Materiais de Consumo	190.696	464.832	-	464.832
Água, Energia Elétrica e Correio	235.406	85.834	28.367	304.897
Comunicação (Telefone e Internet)	333.049	50.463	7.226	293.095
Loações e Condomínios	433.542	63.893	6.755	403.697
Instrutores e Palestrantes	-	753.880	30.299	1.217.721
Depreciação e Amortização	163.418	1.026.685	259.173	1.285.858
Tarifas Bancárias	257.367	24.261	7.518	195.197
Manutenção e Conserv. Patrimonial	459.164	-	-	257.367
Outras Despesas com os Programas (1)	384.597	127.531	25.748	612.443
Gerais e Administrativas (2)	2.416.665	199.024	43.766	627.387
Total das Despesas	14.494.945	7.315.674	1.245.409	23.056.028

	Exercício 2015			Total 31/DEZ/15
	Programa de Estágio	Programa de Aprendizagem	Programa de Capacitação e Cidadania	
Salários e Encargos de Pessoal Seguro Acid. Pessoal e Despesas Médicas - Estagiários	9.258.519	2.036.972	262.304	11.557.795
Lanche Programa de Aprendizagem	-	-	-	169.673
Materiais de Consumo	183.664	321.329	-	321.329
Água, Energia Elétrica e Correio	261.448	60.059	24.380	268.103
Comunicação (Telefone e Internet)	397.405	41.771	7.643	310.862
Loações e Condomínios	415.208	49.496	6.731	453.632
Instrutores e Palestrantes	-	564.488	29.180	1.008.876
Depreciação e Amortização	119.630	692.821	295.074	987.895
Tarifas Bancárias	412.385	15.925	8.060	143.615
Manutenção e Conserv. Patrimonial	343.127	-	-	412.385
Outras Despesas com os Programas (1)	555.047	56.554	15.888	415.569
Gerais e Administrativas (2)	2.591.316	122.879	31.845	709.771
Total das Despesas	14.707.422	5.422.395	1.050.219	21.180.036

- (1) Fotocópias, serviços de cartórios, hospedagem, deslocamentos e alimentação, táxi, reembolso de quilometragem, transporte de documentos, serviços de impressões e outros.
 (2) O valor das despesas gerais e administrativas está segregado nos serviços sociais, pois os atendimentos prestados pela Entidade aos seus beneficiários são totalmente gratuitos, ou seja, todo o ativo ou conjunto de ativos é destinado exclusivamente para execução dos serviços sociais.

20 TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em atendimento a NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, alterada em 21/AGO/15, 19, "O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro".

Dessa forma, os valores foram mensurados ao seu valor justo, considerando os montantes que a Entidade pagaria caso contratasse esses serviços em mercado similar. Em 2016 foi reconhecido o montante de R\$ 556.364,80 (R\$ 440.162,06 em 2015).

21 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

A Entidade obteve as seguintes isenções usufruídas no exercício:

	2016	2015
INSS (Patronal + SAT + Terceiros) - Isenções Usufruídas	2.624.441	2.490.695
INSS Autônomos - Isenções Usufruídas	110.347	85.046
INSS Cooperativas - Isenções Usufruídas	-	45.349
COFINS - Isenções Usufruídas	719.367	696.419
	<u>3.454.155</u>	<u>3.317.509</u>

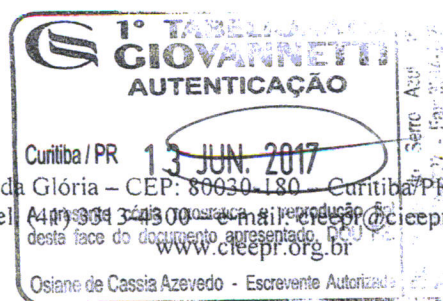
22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Composição de saldos

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31/DEZ/16 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor de Mercado (não auditado)
Caixas e Bancos Contas Movimento	422.617	422.617
Aplicações de Liquidez Imediata	60.653.910	60.653.910
Valores a Receber dos Programas de Estágio e de Aprendizagem	1.692.732	1.692.732
Adiantamentos a Fornecedores e Colaboradores	239.684	239.684
Fornecedores	(347.777)	(347.777)
Contas a Pagar	(1.111.626)	(1.111.626)
	<u>61.549.540</u>	<u>61.549.540</u>





Handwritten signature: *Juana*
Circular stamp: *Município de Antonio Cln - PR*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fis. 135

À
Diretoria do
Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR
Curitiba-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

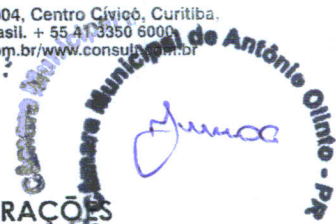
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando quando

RAI 1-03/17 OS Nº 4330
Formulário RAU.03

STABELIONATO GIOVANNINI
AUTENTICAÇÃO
Curitiba / PR 13 JUN. 2017
Rua Barão de Serrão Azul, 389
Tel. (41) 3014-2000 Fax: 3014-2000
Osiane de Cassia Azevedo - Escrevente Autorizada

Handwritten signature: *[Signature]*



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À
Diretoria do
Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR
Curitiba-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

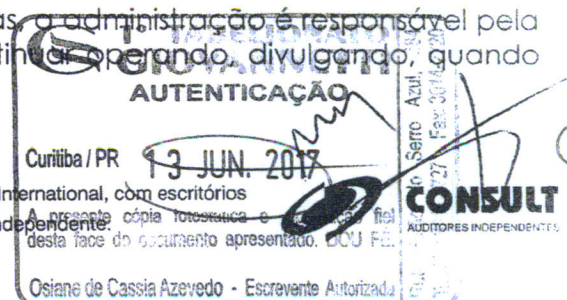
Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando

RAI 1-03/17 OS Nº 4330
Formulário RAU.03

2



aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade, ou cessar as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor Independente pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

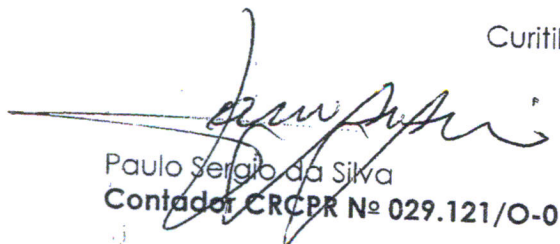
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de março de 2017.

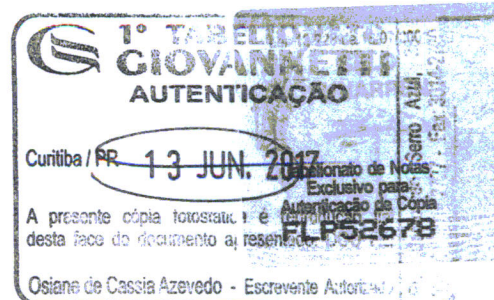

Paulo Sergio da Silva
Contador CRC/PR Nº 029.121/O-0


Irineu Homán
Contador CRC/PR Nº 043.061/O-0

CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 002.906/O-5

RAI 1-03/17 OS Nº 4330
Formulário RAU.03

4



PARECER DO CONSELHO FISCAL DO CIEE/PR

Os membros do Conselho Fiscal do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR, no desempenho das atribuições estatutárias previstas no Art. 19 do Estatuto da Instituição, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016, constituídas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado (Superávit) do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Social Líquido e o Relatório (Parecer) da Consult - Auditores Independentes, e recomendam:

Que a Assembleia Geral, em sessão ordinária, convocada para esta finalidade, aprove, sem restrições:

1. As contas apresentadas pela Diretoria do CIEE/PR, referente ao exercício de 2016;
2. Que o Superávit do Exercício no valor de R\$ 8.519.784,34 (oito milhões, quinhentos e dezenove mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), e o saldo da conta de Superávit acumulado, decorrente da Realização da Avaliação Patrimonial (Depreciação), no valor de R\$ 59.267,64 (cinquenta e nove mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), sejam incorporados ao Patrimônio Social da Entidade.

Curitiba, 23 de março de 2017.

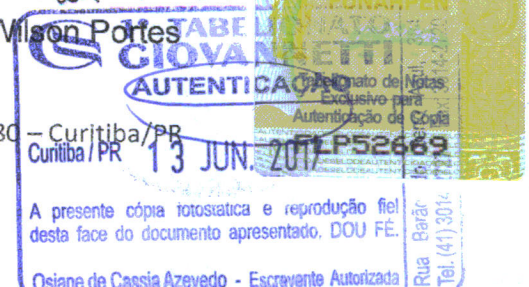
Armando
Armando Vilson Angerer

Juarez
Juarez Miguel Rossetim

Nivaldo
Nivaldo Bolonhez

Wilson
Wilson Portes

Rua Ivo Leão, 42 – Alto da Glória – CEP: 80030-180 – Curitiba/PR
Tel. (41) 3313-4300
www.cieepr.org.br



PARECER DO CONSELHO FISCAL DO CIEE/PR

Os membros do Conselho Fiscal do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR, no desempenho das atribuições estatutárias previstas no Art. 19 do Estatuto da Instituição, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016, constituídas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado (Superávit) do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Social Líquido e o Relatório (Parecer) da Consult - Auditores Independentes, e recomendam:

Que a Assembleia Geral, em sessão ordinária, convocada para esta finalidade, aprove, sem restrições:

1. As contas apresentadas pela Diretoria do CIEE/PR, referente ao exercício de 2016;
2. Que o Superávit do Exercício no valor de R\$ 8.519.784,34 (oito milhões, quinhentos e dezenove mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), e o saldo da conta de Superávit acumulado, decorrente da Realização da Avaliação Patrimonial (Depreciação), no valor de R\$ 59.267,64 (cinquenta e nove mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), sejam incorporados ao Patrimônio Social da Entidade.

Curitiba, 23 de março de 2017.

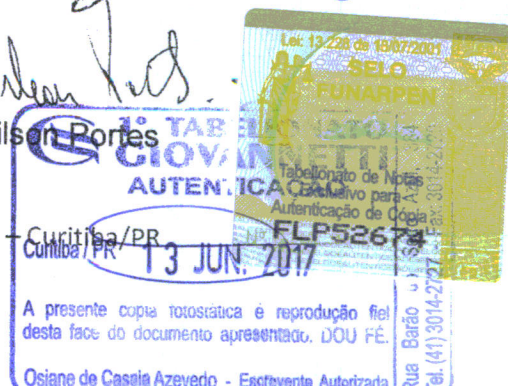
Armando Vilson Angerer
Armando Vilson Angerer

Juarez Miguel Rossetim
Juarez Miguel Rossetim

Nivaldo Bolonhez
Nivaldo Bolonhez

Wilson Pontes
Wilson Pontes

Rua Ivo Leão, 42 – Alto da Glória – CEP: 80030-180 – Curitiba/PR
Tel. (41) 3313-4300
www.cieepr.org.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CURITIBA

1º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA RUA PADRE ANCHIETA, 1287 • FONE/FAX: (41) 3027-5253 FORUM DAS VARAS DA FAZENDA PUBLICA • BIGORRILHO • CEP 80730-000 www.1distribuidorcuritiba.com.br



ESTADO DO PARANÁ

EMPREGADOS JURAMENTADOS

MAURI TOZO SANDRA LUCIA PELIKI LUIZ CARLOS KOFANOVSKI ISABEL ANGELA WYPYCH MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI CHRISTIANNE SOARES KARINA BAVARO ALVES ISAIAS AGOSTINHO DOS SANTOS SOUZA FEIDER

PEDIDO DE CERTIDÕES CENTRAL DE CERTIDÕES • FONE: (41) 3223-8915 RUA XV DE NOVENBRO, 362 • 2º AND. • CJ 202 • CEP: 80020-923 EDIFÍCIO DO FORUM CÍVEL AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 • TÉRREO • CEP 80530-906

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO TITULAR

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CÍVEL VARAS CRIMINAIS • VARAS DA FAZENDA • VARAS DA FAMÍLIA • VARAS DE EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO • REGISTROS PÚBLICOS • TRIBUNAL DO JURI TABELIONATOS • JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA

Câmara Municipal de Antonio Jlin - PR

Fis. 142

Fis. 1

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo os livros de distribuições FALENCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, E EXTRAJUDICIAL, existentes neste Cartorio, dos mesmos nao consta qualquer acao contra:

- CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO PARANA CIEE PR -

CNPJ, 76.610.591/0001-80, -

no periodo de 18 de marco de 1963 (data da instalacao deste Cartorio) (Lei No.4.677, de 29/12/62), ate a presente data.

O REFERIDO E' VERDADE E DOU FE'.

Curitiba, 12 de junho de 2017.

(Handwritten signature)

FERNANDA GALLASSINI Escrevente Juramentada

CUSTAS: R\$ 28,20 EMITIDA POR: FERNANDA

1º TABELIONATO GIOVANNETTI AUTENTICAÇÃO

Curitiba / PR 26 JUN. 2017

A presente copia fotostatica e reproducao fiel desta face do documento apresentado. DOU FE'

Osiane de Cassia Azevedo Escrevente Autorizada



(Handwritten signature)

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Fis 1143

Versão: 4.0.4

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
	76.610.591/0001-80
NOME EMPRESARIAL	
Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2016 a 31/12/2016
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Diário Geral	177
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
01.B4.D3.38.6D.15.BB.E3.84.16.DB.E2.23.31.17.C3.4F.6C.CA.A6	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	76248933987	LEONEL VERGILIO DE MELO	124872497990227675 174931890508247733	17/12/2014 a 15/12/2017	Não
		NOGA:76248933987	96		
Diretor	01026186900	ARWED BALDUR	699032988629802182	19/06/2015 a 17/06/2018	Não
		KIRCHGASSNER:01026186900	120062191292271738 95		
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	76610591000180	CENTRO DE INTEGRACAO	165946100166979244	15/05/2017 a 15/05/2018	Sim
		EMPRESA ESCOLA DO PARANA:76610591000180	604661113770956016 348		

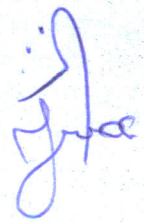


NÚMERO DO RECIBO:

01.B4.D3.38.6D.15.BB.E3.84.16.DB.E2.
23.31.17.C3.4F.6C.CA.A6-0

Escrituração recebida via Internet
 pelo Agente Receptor SERPRO
 em 29/05/2017 às 17:17:41

32.73.85.69.44.19.C0.E5
 14.B4.8C.53.33.64.B6.5A

Fica dispensado de autenticação o livro da escrituração contábil de pessoa jurídica não sujeita a registro em Juntas Comerciais, nos termos do § 4º do art. 1º da IN RFB nº 1420/2013 incluído pela IN RFB nº 1660/2016.

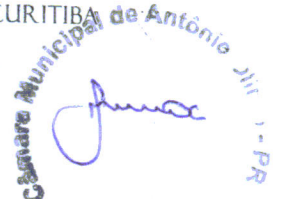






2º REGISTRO DE TÍTULOS

E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

ELISA DE FATIMA DÜDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO



CERTIDÃO

BREVE RELATÓRIO

CERTIFICO a pedido da parte interessada, que foi efetuado, em data de **22 de setembro de 1.967**, e sob o número **1.005**, do livro **“A-1”**, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório, o registro dos Estatutos do **“CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR”**, e posteriores averbações sendo a primeira datada de 20/11/1969; a segunda datada de 02/04/1970; a terceira datada de 04/05/1987; a quarta datada de 15/04/1991; a quinta datada de 17/08/1992, a sexta datada de 10/10/1994; a sétima datada de 07/01/2003; a oitava datada de 10/12/2003; a nona datada de 20/09/2011; a décima datada de 10/04/2012; a décima primeira datada de 20/09/2011; décima segunda datada de 17/04/2014; décima terceira datada de 13/06/2014; décima quarta datada de 06/08/2014; décima quinta e décima sexta datadas de 15/07/2015; décima sétima datada de 20/01/2016; décima oitava datada de 08/04/201; décima nona datada de 13/07/2016; vigésima e vigésima primeira datada de 10/11/2016 e a vigésima segunda e última datada de 02/03/2017 – Das Averbações: Da 1ª á 8ª e a 11ª averbações: são alterações estatutárias, a 9ª, 10ª, 12ª, 13ª e 18ª averbações: são atas de eleições e as 14ª á 17ª, 19ª á 22ª averbações: são atas de criação de filiais, ficando devidamente arquivados neste Cartório os documentos exigidos pelos Artigos 120 e 121 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Certifico mais que foi registrada a margem do referido registro em data de **08 de Abril de 2016**, sob microfilme nº **1079408** a Ata da Assembléia Geral Ordinária do **“CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR”**, datada de 31/03/2016, para entre outros assuntos tratar da eleição e posse da diretoria eleita para o mandato de 01/04/2016 a 31/03/2018, ficando assim constituída: *Diretor Presidente* – ARWED BALDUR KIRCHGÄSSNER; *Vice Presidentes* – DOMINGOS TARÇO MURTA RAMALHO e ANTONIO BARBOSA LEMES JUNIOR; *Diretores* – ANTONINHO CARON, IVO KLUG, JOSÉ EDUARDO MORAES SARMENTO e LILIAN DEISY MERLIN CAMARGO FRANZONI. Certifico mais e finalmente que nada mais foi registrado a margem do referido registro.

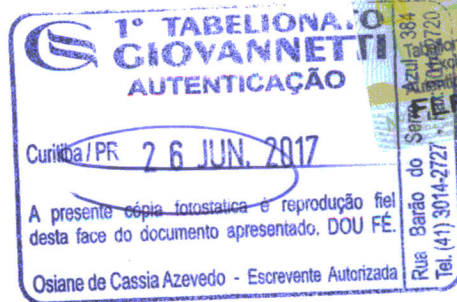
VALOR DESTE ATO :- 40VRC:R\$ 7,28+Buscas:R\$2,18+Funrejus:R\$1,95+Funarpen:R\$1,10+ISS:R\$0,29 = R\$12,80

“O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ”

Curitiba-PR, 14 de junho de 2017.

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
4pH7W.U22m3.Fo4On
Controle:
KCnZV.he5WO
Consulte esse selo em
<http://funarpen.com.br>

Regina Celia Ferreira Ferracini
Escrvente
CPF: 674.193.139-20



CARTORIO@2OFICIO.COM.BR
WWW.2RTDCTBA.COM.BR



Curitiba, 06 de julho de 2017.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA
QUADRO RESUMO – EXERCÍCIO DE 2016
(Anexo IX)

À
Comissão de Licitações
Câmara Municipal de Antonio Olinto
Rua Gasparina Simas Miléo, n.º 269
Estado do Paraná

76.610.591/0001-80
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA
ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR
RUA IVO LEÃO, N.º 42
ALTO DA GLÓRIA - CEP 80330-180
CURITIBA - PR

Ref.: Pregão Presencial n.º 012017

Objeto: “Fixar o percentual de remuneração proporcional ao número e valor das Bolsas Auxílio pagas aos Estagiários, a ser pago a Entidade Social, sem fins lucrativos, integradora de Estágios Supervisionados, que vier a ser vencedora e adjudicada, para administração de bolsas de auxílio para Estagiários, destinados ao Ensino Superior, Ensino Técnico e Ensino Médio, em atendimento a Lei Federal nº 11.788/2008, conforme descrição do Anexo I deste edital.”

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR, pessoa jurídica de direito privado, Entidade Beneficente de Assistência Social, sem intuito lucrativo, isento de inscrição estadual, de Utilidade Pública, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.610.591/0001-80, com sede à Rua Ivo Leão, nº 42, bairro Alto da Glória, em Curitiba-PR, por intermédio de seu representante legal, Sr. Arwed Baldur Kirchgassner, portador da CI RG n.º 196.225-6 SSP/PR e do CPF n.º 010.261.869-00, na qualidade de proponente do processo licitatório em epígrafe, **declara** que as demonstrações abaixo correspondem à situação real do proponente, cujos índices foram obtidos a partir do balanço do respectivo balanço.

Declara ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo órgão licitador, compromete-se a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

LC =	Ativo Circulante	

	Passivo Circulante	
LC =	R\$ 64.280.785,00	

	R\$ 3.785.444,00	= 16,98 (dezesseis inteiros e noventa e oito centésimos)

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{LG} = \frac{\text{R\$ 64.280.785,00} + \text{R\$ 0,00}}{\text{R\$ 3.785.444,00} + \text{R\$ 0,00}} = 16,98 \text{ (dezesseis inteiros e noventa e oito centésimos)}$$

$$\text{E} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} + \text{Intangível}}$$
$$\text{E} = \frac{\text{R\$ 3.785.444,00} + \text{R\$ 0,00}}{\text{R\$ 64.280.785,00} + \text{R\$ 0,00} + \text{R\$ 93.401,00}} = 0,06 \text{ (seis centésimos)}$$

Patrimônio Social Líquido = R\$ 74.974.024,00 (setenta e quatro milhões, novecentos e setenta e quatro mil e vinte e quatro reais).

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.


ARWED BALDUR KIRCHGÄSSNER
Diretor Presidente
CPF: 010.261.869-00
RG: 196.225-6 SSP/PR


LEONEL VERGÍLIO DE MELO NOGA
CRC/PR nº 041168/O-7

